

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.680 - MG (2019/0050599-5)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : JONATHAN HENRIQUE CALAZANS CUNHA (PRESO)  
**RECORRENTE** : LUCIANO GOMES VENTURA JUNIOR (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por JONATHAN HENRIQUE CALAZANS CUNHA e LUCIANO GOMES VENTURA JUNIOR contra acórdão por meio do qual o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais denegou a medida pleiteada perante aquela instância, nos autos de n.

0078631-63.2011.8.13.0024 (e-STJ fl. 779):

*"HABEAS CORPUS" - HOMICÍDIO QUALIFICADO - LESÃO CORPORAL CULPOSA - SENTENÇA CONDENATÓRIA - DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA PREVENTIVA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. Apontados elementos concretos que evidenciam a imprescindibilidade da decretação da custódia preventiva para a garantia da ordem pública, não há nenhum constrangimento ilegal a ser sanado pela via eleita.*

A defesa alegou, em síntese, que a negativa do direito de apelar em liberdade contra a sentença penal condenatória é ilegítima, ante a ausência de fundamentação idônea, máxime em se considerando que os fatos alegadamente criminosos teriam ocorrido em 6/6/2010, que os réus responderam soltos ao processo e que não se aduziram fatos novos capazes de justificar a segregação cautelar.

Em liminar e no mérito, pediu o relaxamento da prisão preventiva.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 818/823).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 826):

*PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO E LESÃO CORPORAL. ARTIGOS 121, § 2º, I E IV, E 129, § 6º, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE SOCIAL DO AGENTE. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA.*

*1. Malgrado tenham respondido ao processo por alguns meses em liberdade, as circunstâncias da prisão e a reincidência delitiva, justificam a prisão preventiva, como forma de acautelar a ordem pública e cessar a contumácia delitiva dos réus.*

*2. Parecer pelo desprovimento do recurso*

É o relatório. **Decido.**

Conforme registrado na decisão liminar, que nesta oportunidade se confirma, a negativa do direito de apelar em liberdade decorreu da constatação de que, em data posterior à do homicídio qualificado e das lesões corporais culposas pelas quais vieram a ser condenados, e embora tenham respondido em liberdade à ação penal, os recorrentes também foram condenados, duas vezes cada, pelo crime de tráfico de entorpecentes em conjunto com delito da Lei de Armas (e-STJ fls. 762/763):

*No tocante ao direito dos réus de permanecerem em liberdade, destaco que, a despeito da primariedade, ambos já possuem ao menos duas condenações cada pelo crime de tráfico de entorpecentes, praticados em conjunto com delitos da Lei de Armas. Consigno, ainda, que ambos foram condenados por fatos perpetrados em data posterior àqueles ora em apuração. Na presente data, como visto, foram ambos condenados pela morte da vítima onde, no mesmo contexto fático, duas outras vítimas foram atingidas, sendo certo que, como pano de fundo, novamente se encontra a questão do tráfico de drogas. A meu juízo, pois, encontra-se justificada a prisão dos réus para garantia da ordem pública, posto se tratarem de indivíduos vocacionados à prática delitiva.*

E é certo que essas circunstâncias, reveladoras de maior probabilidade de futura reiteração, legitimam a prisão preventiva e autorizam a negativa do direito de apelar em liberdade, na linha dos seguintes julgados, dentre inúmeros de igual teor:

*PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA SENTENÇA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO IMPROVIDO.*

*(...).*

*2. A proibição de recorrer em liberdade está motivada em elementos concretos extraídos dos autos, para garantia da ordem pública, em virtude do risco da reiteração delitiva, tendo em vista que o recorrente, apesar de ter permanecido solto durante a instrução processual, praticou novos delitos contra o patrimônio 3. Recurso ordinário em habeas corpus não provido.*

*(RHC 106.217/CE, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 13/02/2019)*

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA SENTENÇA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA.*

*(...).*

*2. A negativa do direito de recorrer em liberdade foi baseada no fundado risco de reiteração delitiva, ao afirmar-se a propensão do paciente à prática criminosa bem como a "intranquilidade que a soltura do membro efetivo de uma perigosa quadrilha de traficantes causaria" (fl. 71). Além disso, ao converter a prisão em flagrante em custódia preventiva, o Juízo singular havia mencionado a quantidade das drogas apreendidas, dado que reforça os indícios de sua dedicação continuada a tal prática.*

*3. Ordem denegada.*

*(HC 471.559/BA, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 19/02/2019)*

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. FUMUS COMISSI*

*DELICTI. PERICULUM LIBERTATIS. REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. ORDEM DENEGADA.*

*(...).*

*2. O Juízo de primeiro grau apontou concretamente os indícios da autoria e da materialidade do delito, assim como a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal. Isso porque indicou motivação suficiente para justificar a necessidade de colocar o paciente cautelarmente privado de sua liberdade, dada a sua reiteração delitiva (o acusado ostenta condenação anterior por crime de mesma natureza), a despeito de não se tratar de quantidade excessiva de droga apreendida.*

*3. Ordem denegada.*

*(HC 426.222/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018)*

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO, POSSE DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÕES E CORRUPÇÃO DE MENOR. NULIDADE DA PRISÃO EM FLAGRANTE. QUESTÃO SUPERADA COM A DECRETAÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. PRISÃO AMPARADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA E REITERAÇÃO DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO IMPROVIDO.*

*(...).*

*3. Na espécie, a segregação preventiva do recorrente encontra-se devidamente motivada, pois destacou o Magistrado de piso a gravidade concreta da conduta, evidenciada pela apreensão de 350g (trezentos e cinquenta gramas) de maconha, 1 revólver calibre 32, carregado com 6 munições intactas, além de 8 munições calibre 38 e 3 munições calibre 44, todas de uso restrito, e também pela participação de adolescente na empreitada criminoso. O decreto prisional enfatizou, ainda, a reiteração delitiva do recorrente, o qual "possui várias passagens judiciais, inclusive já tendo sido pronunciado pelo também grave, e igualmente hediondo, crime de tentativa de homicídio qualificado". Portanto, a custódia cautelar está justificada na necessidade de garantia da ordem pública, ante a gravidade efetiva da conduta e a contumácia criminoso do recorrente.*

*4. Recurso ordinário a que se nega provimento.*

*(RHC 88.883/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA*

*PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017)*

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE CONDENAÇÃO. NEGATIVA DO APELO EM LIBERDADE. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. REGISTRO CRIMINAL ANTERIOR PELO MESMO CRIME. REITERAÇÃO DELITIVA. RISCO EFETIVO. PERICULOSIDADE SOCIAL DO AGENTE. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRIÇÃO JUSTIFICADA. REGIME INICIAL SEMIABERTO. AUSÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE COM O ENCARCERAMENTO CAUTELAR. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DA MEDIDA COM O MODO DE EXECUÇÃO FIXADO NO ÉDITO REPRESSIVO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM PARTE EVIDENCIADO. RECLAMO IMPROVIDO. CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO.*

*(...).*

*2. O fato de o condenado possuir registros penais anteriores, inclusive pelo delito de tráfico de drogas demonstra o risco efetivo de reiteração caso o agente seja solto, corroborando o periculum libertatis exigido para a preventiva.*

*(...).*

*7. Recurso ordinário improvido, concedendo-se, contudo, a ordem de habeas corpus de ofício, para determinar que o recorrente aguarde o julgamento da apelação eventualmente interposta no modo semiaberto de execução, fixado na sentença.*

*(RHC 78.521/PI, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 01/02/2017)*

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. NEGATIVA DE AUTORIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO QUE VISA OBSTAR A CONTINUIDADE DELITIVA. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.*

*(...).*

*III - No caso, a prisão preventiva para a garantia da ordem*

*pública está devidamente fundamentada em elementos extraídos dos autos a indicarem que o recorrente estaria prosseguindo com os negócios da quadrilha liderada por seu irmão, coordenando a distribuição das drogas e a arrecadação do dinheiro oriundo do tráfico na municipalidade, o que patenteia o periculum libertatis e demonstra o risco de reiteração delitiva.*

*(...).*

*Recurso ordinário conhecido em parte e, nessa extensão, desprovido.*

(RHC 64.897/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 28/06/2016, DJe 01/08/2016).

Não há vício, de fato, na custódia cautelar analisada nestes autos.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator